

ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA II

O tema abordado nesta aula é referente à ética na administração pública, destacando aspectos relacionados à democracia e à cidadania. A compreensão dos pressupostos basilares do regime democrático, em especial no contexto do Estado Democrático de Direito, é fundamental para a construção de uma sociedade justa e funcional. A democracia pode se manifestar de diversas formas, como direta, indireta, semidireta e participativa, sendo essencial que o cidadão exerça não apenas o direito de voto, mas também a responsabilidade de cobrar de seus representantes o atendimento das necessidades e expectativas da coletividade.

A cidadania ativa, participativa e autônoma deve prezar pelo bem comum, buscando sempre o atendimento das necessidades coletivas e não de interesses pessoais. A distinção entre direitos e deveres, bem como a necessidade de efetivar os direitos fundamentais para uma vida digna e justa, também são pontos relevantes nesse contexto.

A relação entre ética, democracia, cidadania e política é estreita, pois esses conceitos direcionam a percepção de interesse público e coletivo. A vocação para a coletividade é essencial, mas quando prevalece o egoísmo, torna-se necessária a imposição legal para garantir a harmonia nas relações sociais. Esse processo é associado à teoria do mínimo ético, que visa assegurar um comportamento moralmente aceitável, sem prejudicar o bom funcionamento da sociedade.

A ética na administração pública também envolve a compreensão das interconexões entre ética e moral, elementos frequentemente abordados em conteúdos de editais de ética, especialmente nas provas discursivas. No Brasil, o desafio central continua sendo a universalização dos direitos, para que todos possam acessar os direitos previstos na Constituição e se tenha uma igualdade substantiva, além da igualdade perante a lei. Este desafio é particularmente relevante para a Escola Nacional de Administração Pública (Enap), que busca garantir que a cidadania no Brasil se materialize de forma plena.



5m

Ao longo da história, a educação foi gradualmente transformada em um direito fundamental e garantido pela Constituição. Inicialmente, a obrigatoriedade de matrícula no ensino fundamental estava vinculada ao ingresso da criança na escola aos 7 anos de idade, sendo essa uma etapa importante no desenvolvimento infantil. A responsabilidade pela matrícula recai sobre os pais ou responsáveis, que, muitas vezes, enfrentam desafios devido à falta de uma rede de apoio para o cuidado dos filhos enquanto trabalham.

Socialmente, a divisão de papéis de gênero resultou na atribuição do cuidado das crianças às mulheres, enquanto os homens assumiam o papel de provedores. Esse modelo trouxe prejuízos ao exercício da cidadania das mulheres, que, por muito tempo, foram socialmente encarregadas do cuidado dos filhos, o que limitava sua participação no mercado de trabalho.

O Estado, por sua vez, tinha a obrigação de garantir a matrícula das crianças na escola para que as mães pudessem trabalhar.

Com o tempo, as demandas sociais e os avanços dos movimentos sociais, especialmente o movimento feminista, contribuíram para a mudança dessa realidade. A obrigatoriedade da educação foi ampliada, passando a abranger a educação infantil e o ensino fundamental até os 17 anos, garantindo maior acesso e assistência às crianças em processos educacionais formais.

Esse processo de expansão e garantia de direitos não se limita a uma única realidade, pois o Brasil é caracterizado por uma diversidade de situações sociais e econômicas. A realidade de algumas famílias, que possuem uma rede de apoio e condições financeiras para colocar seus filhos em escolas de tempo integral, não é representativa de todas as famílias brasileiras. Isso reforça a importância de os governantes e parlamentares se manterem atentos às múltiplas realidades que existem em nosso país, a fim de tomar decisões que atendam a toda a coletividade.

O grande desafio é compreender que, ao buscar o atendimento das necessidades individuais, é essencial reconhecer a importância de garantir que as diferentes realidades sejam atendidas, o que gera benefícios para a coletividade como um todo. A busca pela igualdade, especialmente no que se refere ao acesso à justiça e aos recursos, é fundamental para que todos os cidadãos possam ter seus direitos respeitados de maneira equitativa.



10m

Até recentemente, a Defensoria Pública não existia, o que dificultava o acesso à assistência jurídica para pessoas sem condições financeiras de contratar um advogado. Essa situação resultava em graves infrações de direitos, pois muitas vezes as pessoas não conseguiam recorrer a decisões judiciais pela falta de representação. A criação da Defensoria Pública representa um avanço significativo no acesso à justiça e na busca pela igualdade material, permitindo que parcelas da população sem recursos financeiros tenham acesso ao sistema judiciário.

Embora o funcionamento da Defensoria Pública possa ser aprimorado, sua atuação tem sido fundamental em casos em que, por exemplo, o sistema de saúde alegava a falta de recursos para oferecer tratamento adequado. A Defensoria, ao representar aqueles que não possuem meios para pagar pelos serviços, tem assegurado o direito à vida e à saúde, mesmo diante da alegação de escassez de recursos.

A Defensoria Pública é um exemplo de como a atuação institucional pode contribuir para a efetivação de direitos, mas a melhoria contínua de seus serviços depende do engajamento popular, da conscientização da sociedade e da escolha consciente de representantes. O respeito às normas legais é essencial para a manutenção da democracia e a proteção dos direitos de todos os cidadãos.

O cumprimento das normas vai além da mera aplicação da legislação. Significa garantir a dignidade humana e assegurar os direitos daqueles que frequentemente não têm acesso a

esses direitos. O princípio da publicidade, previsto na legislação, não se limita à mera divulgação de atos administrativos, mas deve ser acompanhado de transparência, ou seja, as informações publicadas precisam ser claras e compreensíveis para a população. A transparência é mais ampla que a publicidade, pois envolve a disponibilização de informações que permitam à sociedade compreender as decisões e avaliar se estas atendem ao interesse público.

Nos tribunais de contas, a transparência é considerada um princípio essencial, pois vai além da publicação de atos em veículos oficiais, requerendo também que essas informações sejam acessíveis e objetivas. Para garantir o cumprimento desse princípio, é necessário que as informações sejam consistentes e baseadas em evidências, possibilitando que a população tenha confiança de que as decisões tomadas atendem ao interesse coletivo. Caso contrário, a Constituição oferece mecanismos para modificar a realidade, como o voto, que é o principal instrumento de participação cidadã e mudança social.



15m

A divulgação de informações, sem torná-las compreensíveis para a sociedade, não configura transparência. Para que a transparência seja efetiva, a informação deve ser pública, relevante, confiável e acessível. A confiabilidade implica que a informação cumpra o que promete e seja apresentada de forma que a população consiga interpretá-la adequadamente. O Portal da Transparência é um exemplo de ferramenta que favorece o exercício da cidadania em um regime democrático, permitindo o controle social sobre as ações do Estado.

A participação popular no controle das ações do Estado é um indicativo da força ou fragilidade da democracia. A ausência de participação pode enfraquecer a democracia, afastando-a dos princípios democráticos fundamentais. Em relação à participação popular, destaca-se o conceito de constitucionalismo abusivo, que se caracteriza pela utilização de normas constitucionais para mascarar práticas autoritárias. No constitucionalismo abusivo, decisões são tomadas sob o pretexto de atender à Constituição, mas, na realidade, buscam restringir a participação da sociedade civil, como representantes de comunidades ou líderes locais, nas decisões coletivas do Estado.

O conceito de constitucionalismo abusivo reflete a distorção da democracia contemporânea, onde decisões autocráticas são tomadas por autoridades do Executivo, muitas vezes em busca de interesses pessoais ou patrimonialistas. Exemplo disso são as decisões que cerceiam a participação popular em conselhos como o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e o Conselho do Meio Ambiente. Essas decisões, que alteram a composição e a participação nesses conselhos, têm sido questionadas por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), como a ADI 622 e a ADI 623, que tratam da exclusão de representantes da sociedade nesses órgãos.

O constitucionalismo abusivo envolve atos aparentemente legais, mas que geram retrocessos democráticos, enfraquecendo o regime democrático de direito. Essas práticas são

tomadas para limitar a participação popular e minar a democracia sem violar formalmente a Constituição.



No regime democrático de direito, a participação popular é um dos pilares essenciais, e sua limitação compromete a base do controle social, que é fundamental para o funcionamento da democracia. O conceito de constitucionalismo abusivo refere-se à alteração do ordenamento jurídico com o objetivo de concentrar poderes no chefe do Executivo, enfraquecendo os agentes que exercem controle sobre suas ações. Esse fenômeno é analisado por diversos estudiosos, como o Ministro Barroso, em obras sobre o tema.

A ética, por sua vez, serve como guia para o exercício da cidadania, pois, ao estabelecer princípios coletivos e universais, favorece a luta por direitos e a conquista de condições necessárias à cidadania ativa. A democracia baseia-se na cidadania, com respeito às leis e transcende o princípio da legalidade, sendo a ética um pressuposto para as relações intersubjetivas, promovendo harmonia ao priorizar o interesse coletivo em detrimento do individual.

Em um regime democrático, a sociedade defende diversas formas de liberdade, como a liberdade religiosa, de orientação sexual, de identidade de gênero, e a liberdade econômica. No entanto, o desenvolvimento social não se limita ao aspecto econômico; ele envolve também o respeito às liberdades individuais e coletivas. Uma sociedade verdadeiramente desenvolvida não é apenas economicamente próspera, mas também capaz de garantir aos cidadãos acesso a necessidades básicas, como educação, lazer e bem-estar.

A liberdade, nesse contexto, é associada à tolerância, que garante o pleno exercício dos direitos fundamentais, como a liberdade de imprensa e de expressão, sempre com responsabilidade. A capacidade de respeitar as diferenças é crucial para a convivência harmoniosa na sociedade. A falta dessa habilidade pode gerar discriminação, como exemplificado pela dificuldade de acesso aos direitos de pessoas travestis, que enfrentam obstáculos devido a preconceitos e discriminação, apesar de sua condição ser reconhecida e garantida por direitos constitucionais. Dados de pesquisas acadêmicas e instituições como o IBGE demonstram que, de fato, essas pessoas enfrentam restrições significativas em seus direitos e liberdades.

Esse cenário evidencia a importância de um sistema jurídico que, quando a democracia não for efetivamente aplicada, garanta o acesso à justiça, especialmente por meio do Judiciário, para assegurar os direitos de todos os cidadãos.



25m

Em um contexto social e institucional, observa-se um número significativo de vítimas de violência devido a características individuais, como a identidade de gênero, raça ou condição de ser mulher. Essa violência é muitas vezes alimentada pela intolerância e pela incapacidade de convivência com a diferença. O fato de uma pessoa ser trans, negra ou mulher não justifica a violência contra ela; a verdadeira razão por trás desses atos está na dificuldade de aceitação e respeito pela diversidade.

Esse fenômeno reflete a falta de tolerância, que, quando exacerbada, pode levar à barbárie e à infração de direitos fundamentais. Em ambientes institucionais, como no caso do assédio moral e sexual, a intolerância se manifesta, prejudicando o exercício das liberdades individuais e coletivas. A professora Kátia Lin, em sua dissertação de mestrado, aborda como a falta de tolerância compromete a democracia e promove comportamentos disfuncionais, prejudicando o ambiente de trabalho e a convivência saudável nas instituições. Ela argumenta que a maneira mais eficaz de lidar com o assédio moral e sexual é por meio da promoção da tolerância e do respeito à diversidade.

A dificuldade de lidar com o diferente, ou com o “diverso”, é um fator que potencializa o assédio. Para superar essa questão, é necessário buscar apoio e acompanhamento profissional, especialmente por parte de especialistas em saúde e psicologia, que podem ajudar a tratar essas questões de intolerância e promover a inclusão e o respeito.



DIRETO DO CONCURSO

01. O exercício da cidadania por meio da eleição de representantes pelo voto é um direito, mas não um dever, do cidadão.



O exercício do voto é um direito, mas também é um dever cívico em muitos países, conforme as regras de cada sistema eleitoral. Em sistemas onde o voto é obrigatório, a afirmação não está totalmente correta. Contudo, em países onde o voto é facultativo, como no Brasil para algumas faixas etárias, o exercício do voto é um direito do cidadão.

02. A cidadania consagra não apenas direitos, mas também deveres, dentre os quais o respeito recíproco às liberdades.



A cidadania realmente envolve tanto direitos quanto deveres. O respeito recíproco às liberdades é um dos deveres centrais do cidadão, que deve considerar o coletivo ao exercer seus direitos.

03. O servidor que realiza suas atividades com esmero e em prol dos cidadãos contribui para a promoção da cidadania.



O servidor que realiza suas atividades com dedicação e em prol dos cidadãos contribui, de fato, para a promoção da cidadania. A cidadania também está relacionada à ação pública que visa o bem coletivo, e a atuação do servidor é uma forma de exercício dessa cidadania no serviço público.

04. A efetivação da cidadania e a consciência coletiva da cidadania são indicadores do desenvolvimento moral e ético de uma sociedade.



A efetivação da cidadania e a consciência coletiva da cidadania refletem o desenvolvimento ético e moral da sociedade. A consciência cívica é essencial para o avanço da democracia e da participação popular nas decisões políticas.

05. A atitude de ceder um assento a um idoso em um transporte coletivo constitui um exemplo de comportamento relacionado à cidadania, cuja concepção comporta não apenas a titularidade de direitos pelo indivíduo, mas também a transformação de valores e princípios em atitudes que atendam aos interesses coletivos.



O exemplo de ceder o assento a um idoso é, de fato, um comportamento que vai além da titularidade de direitos. Ele implica uma atitude cidadã que transforma princípios de respeito e solidariedade em ações práticas no cotidiano. O comportamento, neste caso, exemplifica um exercício de cidadania mais amplo.



30m

06. Considerando-se que o exercício da cidadania deve basear-se na adoção da conduta que de melhor forma promova o bem comum, estará exercitando sua cidadania a pessoa que

a) conduzir seu carro na cidade, por motivos familiares, nos dias em que, em razão de rodízio, estiver proibida de fazê-lo.

b) lavar as calçadas da vizinhança, utilizando água encanada, durante período de racionamento.

c) cuidar, habitualmente, da conservação da área de lazer e esportes de seu bairro, bem como de parques e jardins públicos.

d) votar em candidato que prometa realizar, em troca do voto, reparos no asfalto da rua onde ela reside.



Considerando-se que o exercício da cidadania deve basear-se na adoção da conduta que de melhor forma promova o bem comum, estará exercitando sua cidadania a pessoa que cuidar habitualmente da conservação da área de lazer e esportes de seu bairro, bem como de parques e jardins públicos

07. Exercer a cidadania é também agir com ética, assumindo a responsabilidade que advém de seus deveres enquanto cidadão inserido no convívio social. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta uma atitude de cidadania.

- a) preservar o patrimônio público
- b) abster-se do pagamento de impostos
- c) poluir o ambiente
- d) agir com corrupção
- e) buscar apenas a satisfação pessoal em suas ações



Preservar o patrimônio público é uma atitude de cidadania.

08. A respeito dos princípios de ética e cidadania, assinale a alternativa correta.

- a) A cidadania é uma ligação que o indivíduo tem com o Universo, garantindo-lhe direitos e isentando-lhe de obrigações.
- b) Conservar os bens públicos não pode ser considerado como um exercício de cidadania.
- c) O profissional que exerce seu trabalho em uma organização não desempenha seu papel como cidadão.
- d) A preservação do meio ambiente pode ser considerada como uma atitude relacionada à cidadania.
- e) Apesar de ser considerada como uma conduta antiética, a corrupção pode ser justificada, considerando-se o princípio da influência do meio sobre o indivíduo.



A preservação do meio ambiente pode ser considerada como uma atitude relacionada à cidadania

09. O pretorianismo é considerado um fator que favorece a democracia, por garantir o exercício da cidadania.



O pretorianismo não é um fator que favorece a democracia. Pelo contrário, ele pode representar uma ameaça ao estado democrático, uma vez que implica a atuação de um poder paralelo ao Estado. A democracia depende da separação e controle dos poderes, sem a interferência de grupos não eleitos.

10. A cidadania transcende o mero exercício dos direitos políticos, estabelecendo verdadeiro poder-dever da população de influenciar nas políticas públicas.



A cidadania transcende os direitos políticos. Ela envolve uma participação ativa nas questões públicas, incluindo a influência sobre políticas públicas e a responsabilidade pelo bem comum.

11. É um exercício de cidadania e uma ação moral a escolha da melhor conduta à luz do bem comum.



A escolha da melhor conduta voltada para o bem comum é, de fato, um exercício de cidadania. Cidadania não se resume ao cumprimento de direitos, mas também ao cumprimento de deveres morais e éticos que busquem o benefício coletivo.

12. A cidadania engloba direitos e deveres. Desse modo, se, por um lado, o cidadão tem direito à educação, à saúde e a transporte públicos e de qualidade, por outro lado, deve cumprir suas obrigações, como, por exemplo, pagar impostos, preservar o patrimônio público e o meio ambiente.



A cidadania envolve tanto direitos (como educação, saúde, transporte) quanto deveres (como pagar impostos, preservar o patrimônio público e o meio ambiente).

13. Acerca do exercício da cidadania, assinale a opção correta.

- a) Cidadania substantiva é a capacidade que o nacional detém para participar da vida política, seja como eleitor ou como eleito, observando as regras descritas pela legislação eleitoral.
- b) Cidadania democrática é a capacidade de se exercer, ativamente, influência na vida política, seja formal, seja informalmente, acatando-se os princípios da tolerância e da pluralidade de ideias.

- c) Cidadania é um privilégio reconhecido somente àqueles que detêm poder econômico para ocupar cargos eletivos.
- d) Cidadania é uma parcela do poder exercida ocasionalmente por grupos paramilitares que procuram, paralelamente ao poder público, efetivar o bem comum em certa comunidade.
- e) Cidadania é a faculdade conferida a determinadas pessoas para, querendo, exercer o seu direito de voto nas diversas eleições.



Cidadania democrática é a capacidade de se exercer, ativamente, influência na vida política, seja formal, seja informalmente, acatando-se os princípios da tolerância e da pluralidade de ideias

14. Assinale a opção que indica fator que favorece a incidência de corrupção.

- a) participação cidadã na política
- b) falta de transparência
- c) graus elevados de liberdade de imprensa
- d) processos coletivos de tomada de decisão
- e) existência de órgãos de controle interno e externo



É um fator que favorece a incidência de corrupção a falta de transparência.

15. Com relação à ética no serviço público, assinale a alternativa correta.

- a) As manifestações em geral de agentes públicos em redes sociais se inserem na seara de sua liberdade de expressão, não podendo sofrer qualquer sindicância ética por parte do Estado.
- b) As críticas à entidade ocupada pelo agente público, ainda que ácidas ou irônicas, revelam, na verdade, lealdade institucional e compromisso com a busca por seu aperfeiçoamento.
- c) A lealdade institucional envolve não somente propósitos relacionados a aspectos finalísticos, mas também propósitos de cunho político.
- d) O direito fundamental à manifestação do pensamento há de conviver com a lealdade institucional, sem prejuízo de que aprimoramentos sejam sugeridos pelos agentes por meio dos canais competentes.
- e) É vedada a identificação funcional do agente público, em redes sociais, como forma de emprestar maior credibilidade às suas manifestações.



O direito fundamental à manifestação do pensamento há de conviver com a lealdade institucional, sem prejuízo de que aprimoramentos sejam sugeridos pelos agentes por meio dos canais competentes.

16. No âmbito do Estado democrático de direito, a cidadania está intrinsecamente relacionada à participação popular na tomada de decisões.



No Estado democrático de direito, a cidadania está profundamente relacionada à participação popular nas decisões políticas. A cidadania ativa implica a capacidade de influenciar o processo decisório e garantir que os direitos sejam respeitados.

17. Relacionar democracia, ética e cidadania demanda reconhecer que a participação ativa do cidadão em sociedade envolve apenas o exercício de direitos e de tolerância quanto a propostas alternativas de solução dos problemas sociais.



A democracia, a ética e a cidadania envolvem não apenas a tolerância, mas também a necessidade de um envolvimento ativo na resolução dos problemas sociais. O exercício da cidadania demanda mais do que uma aceitação passiva das soluções propostas, requerendo engajamento e contribuição ativa.

18. O exercício da cidadania requer constante reflexão a respeito das noções e dos princípios que fundamentam a vida moral dos seres humanos.



O exercício da cidadania exige uma constante reflexão sobre os princípios que orientam as ações de cada indivíduo na sociedade. A cidadania não é apenas um direito, mas uma responsabilidade de agir conforme os valores éticos e morais que sustentam a convivência social.

19. O exercício da cidadania está vinculado exclusivamente aos direitos reconhecidos em favor da pessoa humana em face da comunidade na qual está inserida.



A cidadania não está vinculada apenas aos direitos reconhecidos, mas também aos deveres que os cidadãos têm para com a comunidade. O exercício da cidadania implica, portanto, o cumprimento das obrigações cívicas, como o respeito às leis e a contribuição para o bem comum.

20. A ideia moderna de controle da função pública e de democracia é compatível com a aceitação de oligarquia, autocracia ou despotismo.



A ideia moderna de democracia não é compatível com sistemas autocráticos ou oligarquias. A democracia pressupõe a participação ativa dos cidadãos, o respeito aos direitos humanos e o controle do poder por meio de instituições independentes e transparentes. O autoritarismo contradiz esses princípios.

GABARITO

01. E

02. C

03. C

04. C

05. C

06. c

07. a

08. d

09. E

10. C

11. C

12. C

13. b

14. b

15. d

16. C

17. E

18. C

19. E

20. E

Este material foi elaborado pela equipe pedagógica do Gran Concursos, de acordo com a aula preparada e ministrada pelo professor Glauber Marinho.

A presente gravação tem como objetivo auxiliar no acompanhamento e na revisão do conteúdo ministrado na videoaula. Não recomendamos a substituição do estudo em vídeo pela leitura exclusiva deste material.
